



DAS APORIAS DA ESPECTRALIDADE À EMERGÊNCIA DO SUBLIME DECOLONIAL: OS (DES)CAMINHOS DA SUBJETIVAÇÃO E DA DIFERENÇA

From Aporias of Spectrality to the Emergence of the Decolonial Sublime:
The Challenges of Subjectivation and Difference

André da Silva Ramos^a

 <https://orcid.org/0000-0002-4624-4524>

E-mail: andramos7@gmail.com

^a Universidade do Estado de Minas Gerais, Departamento de Ciências Humanas, Carangola, Minas Gerais, Brasil.

DEBATE

TEMPORALIDADE, COLONIALIDADE, RACIALIDADE

TEMPORALITY, COLONIALITY, RACIALITY

TEMPORALIDAD, COLONIALIDAD, RACIALIDAD

RESUMO

O presente artigo toma como ponto de partida as reflexões decoloniais realizadas por Maria da Glória de Oliveira e visa tematizar como contemporaneamente os campos da teoria da história e da história da historiografia no Brasil são confrontados a responderem às linguagens do trauma, do luto e da cura que desafiam os cânones disciplinares. Em um primeiro momento, procuro situar a especificidade da discussão promovida por Maria da Glória de Oliveira em meio a reflexões (in)disciplinares que tematizam as historicidades espectrais. Em um segundo momento, defino o que estou categorizando como linguagens do trauma, do luto e da cura, que se inscrevem enquanto desafios à domesticação imposta pela historiografia disciplinar. Por fim, propondo tensionar os limites do paradigma correspondentista da representação inspirado pelas intervenções de Oliveira, argumento como as possibilidades de subjetivação e abertura para a diferença em nossos contextos de ensino/aprendizagem nas Universidades públicas são atravessadas pelas referidas linguagens, que ensejam a rearticulação de afetos e a abertura para experiências estéticas disruptivas, como a do sublime decolonial.

PALAVRAS-CHAVES

Historicidade espectral. Diferença. Sublime decolonial.

ABSTRACT

This article departs from decolonial reflections developed by Maria da Glória de Oliveira and pursues to thematize how, contemporaneously, the fields of theory of history and the history of historiography in Brazil are impelled to respond to the languages of trauma, grieving, and healing that challenge disciplinary canons. At first, it situates the specificity of the discussion promoted by Maria da Glória de Oliveira amongst the (in)disciplinary reflections that thematize spectral historicities. In a second moment, it defines what is categorized as languages of trauma, grieving, and healing, which are inscribed as challenges to the domestication imposed by disciplinary historiography. Furthermore, it aims to defy the paradigm of correspondent representation inspired by Oliveira's proposal, since it argues how the possibilities of subjectivation and openness to difference in our teaching/learning contexts in Brazilian public universities are crossed by the referred languages, which invites the re-articulation of affections and the display of disruptive aesthetic experiences, such as the decolonial sublime.

KEYWORDS

Spectral historicity. Difference. Decolonial sublime.



INTRODUÇÃO

Quando pensamos na dimensão do ensino, as interpelações abertas pelos debates em torno da descolonização do conhecimento, da colonialidade de gênero e dos feminismos decoloniais não podem ser respondidas, de modo efetivo, com uma abertura meramente “inclusiva” de conteúdos ou abordagens enganosamente “pluralísticas” da teoria da história e da historiografia (Oliveira, 2020).

Diante do questionamento sobre as dimensões espectrais que atravessam a nossa experiência da historicidade colonizada e racializada sou instigado a refletir a respeito de como a minha atuação enquanto professor que atua nos campos da teoria da história e história da historiografia pode favorecer o exercício de uma vida melhor, tanto no que diz respeito à minha própria subjetivação, quanto à daqueles que me cercam, em especial, os estudantes para quem leciono. Inevitavelmente, é incontornável retornarmos à questão sobre as possibilidades de aprendizado com a experiência histórica a partir dos assombramentos coloniais que nos atormentam. Para evocar o espectro de Jacques Derrida, o desafio aqui enfrentado diz respeito a “aprender a viver *com* os fantasmas” (Derrida, 1994, p. 11).

Não poderia iniciar essa reflexão melhor acompanhado. A escrita de Maria da Glória de Oliveira é o ponto de partida fundamental para o atravessamento corajoso da espectralidade. Seja pela importância de suas pesquisas que investigam as complexidades relativas à disciplinarização do discurso historiográfico no Brasil (2012, 2013), seja pela pujança de suas reflexões movidas por gestos e afetos feministas e decoloniais (2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024), os trabalhos de Oliveira instigam a não temermos as aporias próprias da (in)disciplinaridade.

Maria da Glória de Oliveira procura abrir caminhos para uma experiência da historicidade que favoreça irmos além da objetificação do outro e de nós mesmos, tendo em vista a hegemonia aterradora das concepções de subjetividade concebida como consciência monodal encerrada em si mesma, do tempo histórico enquanto progressão linear, sucessiva e evolutiva e da linguagem reduzida à sua função pragmática de classificar, ordenar e espelhar o real. Tais pressupostos sustentadores da ontoepistemologia moderna são cruciais para a reprodução automatizada de lógicas objetificadoras dos indivíduos, decisivas para a emergência e a consolidação das faces perversas da modernidade e da colonialidade.

Frente a tal desafio, Oliveira assume a responsabilidade da reflexão evocando o espaço fluído da aporia inerente à condição da (in)disciplinaridade (Neto; Gomes, 2018; Nicolazzi; Turin; Ávila, 2019; Rodrigues, 2019, 2023; Ramos, 2019a, 2020b; Rodrigues; Mudrovcic; Avelar, 2021; Assunção; Trapp, 2021; Pereira, 2021; Pinn, 2022; Assunção, 2022; Ramos; Rangel; Rodrigues, 2022; Oliveira; Hansen, 2023; Assunção *et al.*, 2023; Santana, 2023; Oliveira, 2023; Ramos; Hartog; Cezar; Rodrigues, 2023). Incorporando a herança a propósito da reflexão fantasmagórica legada por Jacques Derrida (1994, 2018) e Ethan Kleinberg (2017, 2021), que apontam para a ontologia latente da historicidade espectral, visando rejeitar a hegemonia do encerramento da consciência própria de subjetividades monodais, da estrutura emancipacionista e afinada ao esquecimento inerentes às utopias do tempo histórico moderno e do pragmatismo representacionista, Oliveira convoca vozes disruptivas para participar da discussão, como Denise Ferreira da Silva e Saidyia Hartman. Vozes de mulheres negras acadêmicas que são atravessadas pela espectralidade. Autoras que sentem em seus corpos e expressam em suas performances textuais dores relativas a traumas, lutos, bem como articulam poéticas que descortinam a experiência de cura (Silva, 2019; Hartman, 2021).

Como Oliveira nos aponta em outra ocasião, a experiência da espectralidade está enredada em aporias que podem expressar tanto a repetição quanto evocar possibilidades de libertação:

Como parte da sua natureza paradoxal, os espectros não são “espíritos” nem “corpos”, como nos lembra Jacques Derrida, mas aquilo ou aqueles que *nos olham* e, por conseguinte, a sua presença presumida, alheia e anterior a qualquer olhar de nossa parte, advém menos do que neles podemos reconhecer e mais dos efeitos tangíveis dos modos como nos afetam as suas reaparições no presente, ora como fardo, ora como possibilidade de libertação (Oliveira, 2023, p. 9).

Oliveira se propõe a correr o risco inerente à aporia implicada no espectral, uma vez que as promessas e garantias emancipacionistas próprias da ontoepistemologia moderna apresentam-se comprometidas com lógicas domesticadoras da diferença. A repetição do ensimesmamento alienante e solipsista, a repetição do esquecimento, a repetição da indiferença, a repetição da negação e dos negacionismos, repetições que sustentam dinâmicas sociais arquitetadas em torno do narcisismo da branquitude, pretensamente neutro e universal, estão em questão (Bento, 2022). Para tal enfrentamento, na esteira da interlocução com Kleinberg, o risco do espectral nos coloca diante da possibilidade de evocarmos outras aberturas para o passado, aberturas polifônicas, polimorfas, aporéticas, que resistem ao controle e à exorcização. Esse abrir mão do controle do passado pressupõe um distanciamento crítico das funções domesticadoras do realismo ontológico, que com a sua confiança representacionista captura e encerra subjetividades e historicidades disruptivas nos domínios da pretensa igualdade e universalidade (Ramos; Kleinberg, 2017; Kleinberg, 2017, 2021). Oliveira expõe a necessidade de a historiografia disciplinada encarar que a expectativa de controle implicada na acuidade da representação não é destituída de compreensões que pressupõem hierarquizações ontológicas.

Afinal, como nos abrimos para o outro sem reduzi-lo às formas pretensamente plurais que instituem a reprodutibilidade automatizada do mesmo? A história enquanto disciplina tem se demonstrado hábil em reivindicar a inclusão e corroborar para a reinstituição de dinâmicas da historicidade e representação que replicam “sujeitos capturados na diferença historiográfica”, nas palavras de Oliveira (Oliveira, neste debate). A representação do outro ainda reverbera gramáticas próprias das histórias universais de matrizes ilustradas do século XVIII (Ramos; Araujo, 2015). Estamos “diante de formas plurais do mesmo sob a capa de seus outros” (Oliveira, neste debate), uma vez que “nas formas variáveis e contumazes com que a história produz alteridades, mantém-se a régua e o compasso temporal na voz dominante que é a de um sujeito soberano sobre-representado como um coletivo singular do humano” (Oliveira, neste debate).

Mais do que o fenômeno da repetição, Oliveira chama a atenção para a condenação provocada pelas sincronizações condicionadas pelos espectros da racialidade e da colonialidade. Nesse sentido, escreve:

Com a colonialidade, estamos longe de qualquer tipo de “permanência” do passado e, mesmo se a pensarmos como repetição, não se trata simplesmente do advento ou da reaparição do *mesmo*. Em minha compreensão, colonialidade e racialidade compõem o **espectro** retornante que se manifesta na desobediência de qualquer lógica temporal linear, produzindo formas de *fratura* no espaço-tempo. Não se trata, no entanto, de uma fratura qualquer, mas de uma fratura que também é uma *condenação*: os sujeitos colonizados subalternizados estão fora do espaço-tempo do

humano, o que significa que eles são *objetos* da intrusão colonial (Oliveira, neste debate).

A partir desse repertório analítico (in)disciplinado mobilizado por Maria da Glória de Oliveira que aponta para a condenação provocada pelo trauma colonial, a necessidade da sua reelaboração a partir do enfrentamento da indiferença, como expresso na reivindicação do luto por Saidiya Hartman (2021), e a premência de performarmos poéticas disruptivas que ultrapassem o pragmatismo representacionista e descortinar novas possibilidades de articulação de afetos e historicidades, como enunciado por Denise Ferreira da Silva (2019), procuro circunscrever a demanda inexorável que temos nos campos da teoria da história e história da historiografia de intensificarmos a tematização das linguagens do trauma, do luto e da cura.

TRAUMA, LUTO E CURA: ATRAVESSAMENTOS DA EXPERIÊNCIA DA HISTÓRIA

Se tomarmos as articulações entre as três dimensões temporais, poderíamos dizer que a colonialidade se relaciona a um regime de temporalidade no qual o passado colonial se mantém como latência sempre prestes a irromper no presente, ou melhor, pode ser acionado como uma espécie de “retorno do recalçado” ou de tudo aquilo que queremos silenciar e esquecer porque julgamos ter superado com a saída da condição de colonizados para a de cidadãos dos estados-nação emancipados, mas que se manifesta inadvertidamente com força e violência redobradas (Oliveira, 2022).

A ênfase dada às discussões sobre a diferença/alteridade tem sido crescente no âmbito dos estudos em teoria da história e história da historiografia nos últimos anos, apesar da necessidade de seu aprofundamento. O reconhecimento dos apagamentos provocados pela concepção moderna de História, caracterizada pela sucessão e linearidade, tem sido importante para que o diálogo com outras lógicas de elaboração de saberes, até então marginalizadas, sejam incorporadas (Neto; Gomes, 2018; Nicolazzi; Turin; Ávila, 2019; Rodrigues, 2019, 2023; Ramos, 2019a, 2020b; Rodrigues; Mudrovcic; Avelar, 2021; Assunção; Trapp, 2021; Pereira, 2021; Pinn, 2022; Assunção, 2022; Ramos; Rangel; Rodrigues, 2022; Oiveira; Hansen, 2023; Assunção; Pereira; Rodriguez; Baldraia; Barbosa, 2023; Santana, 2023; Oliveira, 2023; Ramos; Hartog; Cezar; Rodrigues, 2023). Aprofunda-se a sedimentação da compreensão de que a concepção de tempo linear e evolutivo, fundada no entendimento de que o passado passou, apenas obscurece as impossibilidades de o passado passar, plenamente verificáveis nos clamores das vítimas e de seus herdeiros que ficaram à margem dos processos históricos hegemônicos (Bevernage, 2018; Ramos, 2020a). A esse respeito, a linguagem dos traumas provocados pela concepção de tempo histórico linear e evolutivo tem se feito cada vez mais presente em meio aos estudos em teoria da história e história da historiografia no Brasil, como uma forma de denúncia de exclusões históricas que são estruturantes para a manutenção dos cânones disciplinares.

Intensificando essa perspectiva, a obra de Grada Kilomba, *Memórias da Plantação*, é exemplar no que diz respeito à tematização da permanência histórica do racismo como um trauma colonial, cujo dispositivo de atuação pressupõe a eliminação da diferença/alteridade em prol da manutenção da supremacia da branquitude:

Eu quero usar a metáfora da “plantação” como o símbolo de um passado traumático que é reencenado através do racismo cotidiano. Estou, portanto, falando de um trauma colonial que foi memorizado.

O passado colonial foi “memorizado” no sentido em que “não foi esquecido”. Às vezes, preferimos não lembrar, mas na verdade, não se pode esquecer. A teoria da memória de Freud é, na realidade, uma teoria do esquecimento. Ela pressupõe que todas as experiências, ou pelo menos todas as experiências significativas, são registradas, mas que algumas ficam indisponíveis para a consciência como resultado da repressão e para diminuir a ansiedade. Já, outras, no entanto, como resultado do trauma, permanecem presentes de forma espantosa. Não se pode simplesmente esquecer e não se pode evitar lembrar (Kilomba, 2020, p. 183).

Por sua vez, as discussões sobre a dignidade da diferença no âmbito dos estudos em teoria da história e história da historiografia também testemunham que para além do trauma há a demanda premente pelo luto, que pressupõe a necessidade de se acolher o clamor dos mortos e/ou marginalizados historicamente e suas formas de articulação de saberes dentro dos cânones disciplinares. Este acolhimento do outro historicamente esquecido se torna fundamental perante a necessidade de superação do esquecimento e da indiferença. Desse modo, para além da evidenciação dos excessos traumáticos, torna-se premente um esforço para a evocação da dor do outro a partir da própria performance da sua subjetividade, da presença/ausência do seu espectro, do seu corpo, da sua voz e dos seus afetos, de forma a viabilizar que a perda do outro seja elaborada enquanto falta pela subjetividade dos que vivem, em um horizonte no qual a completude não é uma possibilidade (Rodrigues, 2021).

Judith Butler tematiza a importância da experiência do luto compartilhado em nossa contemporaneidade para a constituição de laços sociais que ultrapassem as políticas nacionalistas de ódio, que, por sua vez, podem fazer instrumentalizações negativas de um luto interminável. A esse respeito, afirma:

Aqueles que permanecem sem rosto ou cujos rostos nos são apresentados como inúmeros símbolos do mal nos autorizam a ficar desorientados diante das vidas que erradicamos e cuja injustiça é indefinidamente adiada. Certos rostos devem ser reconhecidos pela opinião pública, devem ser vistos e ouvidos para que um sentido mais agudo de vida, de toda e qualquer vida, tome conta de nós. Então, não é que o luto seja o objetivo da política, mas sem a capacidade de enlutar perdemos aquela noção mais afiada de vida que necessitamos para que possamos nos opor à violência. E, embora para alguns o luto só possa ser resolvido pela violência, parece claro que a violência só acarreta mais perdas, e a incapacidade de considerar o apelo da precariedade da vida apenas leva, repetidamente, à frieza do luto em uma raiva política interminável. E enquanto algumas formas de luto público são prolongadas e ritualizadas, alimentando o fervor nacionalista, reiterando as condições de perda e vitimização que justificam uma guerra mais ou menos permanente, nem todas as formas de luto são vistas assim (Butler, 2019, p. 12).

Perante a importância do luto e a gestão de condições de possibilidade para a constituição do distanciamento da dor que lhe é inerente a partir da elaboração da perda enquanto uma ausência constitutiva da subjetividade dos que vivem, entra em questão a possibilidade da cura, premente ante às dinâmicas impostas pelo trauma e pelo luto. Assim sendo, a partir da assimilação das discussões sobre a dignidade da diferença no âmbito

dos estudos em teoria da história e história da historiografia, é possível rastrear a performance de linguagens que visam a promoção da cura. Ou seja, o desenvolvimento de posturas e afetos ante a articulação de saberes que permitam aos sujeitos interromperem a reprodução automatizada e inconsciente de traumas e violências, que passam pelo aprisionamento nas dinâmicas excludentes inerentes às dimensões narcísicas e negacionistas próprias de uma concepção de tempo histórico e disciplina eurocentrados. Com efeito, está em questão a abertura para o que Jacques Derrida chamou de “hospitalidade incondicional” no âmbito dos estudos em teoria da história e história da historiografia, ou seja, a realização de um esforço para uma real flexibilização de fronteiras disciplinares que permitam que os sujeitos em suas diferenças possam se sentir acolhidos e participantes dos processos históricos e suas formas de representação/apresentação (Derrida, 1994, 2018).

Marcelo Rangel aponta que se trata de empreender certo cuidado no que diz respeito ao acolhimento de “diferenças” (de tudo o que não é mais propriamente familiar) que emergem “secretamente” ou misteriosamente (com base num tempo ou lógica específica) a partir de determinados passados. Rangel apresenta um posicionamento epistemológico a partir do qual é possível tal comportamento, que é o da verdade poética: “a oscilação entre espaços os mais distintos (o que também podemos chamar de *hiperempíria*), e, assim, o contato direto, mais franco e recorrente, com perspectivas, modos de ser e saberes diversos” (Rangel, 2021, p. 21). Segundo ele, o que está em questão a partir da verdade poética é o esforço no que diz respeito à relação com o que não está mais propriamente visível, tratando-se da tematização do que está obscurecido, periférico, vulnerabilizado:

é justamente esse posicionamento mais franco e atento em meio à diversidade que torna possível ou continua/intensifica certa tensão (democratizante) e a própria constituição de um conjunto de afetos adequados à percepção do que difere e à *insistência* nesse comportamento que é o do acolhimento do que não está mais propriamente visível, afetos como o amor, a modéstia, paciência (atenção, escuta) e certa fúria (indignação), os quais constituem o que gostaria de chamar de virtudes afetivo-epistêmicas (Rangel, 2021, p. 21).

A partir desse viés, os estudos teóricos e historiográficos ampliam a possibilidade de contribuir com a cura de subjetividades historicamente marginalizadas, tornando-se potencialmente um espaço de acolhimento. Nesse sentido, a experiência relatada por bell hooks é instrutiva:

Vivendo na infância sem ter a sensação de um lar, encontrei um refúgio na “teorização”, em entender o que estava acontecendo. Encontrei um lugar onde eu podia imaginar futuros possíveis, um lugar onde a vida podia ser diferente. Essa experiência “vívica” de pensamento crítico, de reflexão e análise se tornou um lugar onde eu trabalhava para explicar a mágoa e fazê-la ir embora. Fundamentalmente, essa experiência me ensinou que a teoria pode ser um lugar de cura (hooks, 2017, p. 85).

bell hooks encontrou nos estudos teóricos vocabulários que tornaram possível a elaboração e enunciação de suas dores provocadas pelas dinâmicas excludentes da colonialidade, da racialidade e do patriarcalismo. hooks não prescindiu do entendimento de que a experiência de cura é um atravessamento complexo, pois a sua emergência não se dá à despeito do enfrentamento dos traumas e experiências de luto, que podem nos assaltar a qualquer momento, evidenciando como estamos inevitavelmente sempre

atrasados para a elaboração de nossas dores. Dessa maneira, a reflexão de hooks intensifica o entendimento de que o abandono de formas de habitar o mundo cristalizadas em universalismos excludentes provoca dores e a criação do novo, a emergência da cura, exige o comprometimento coletivo com o cuidado de si (autoatualização) desobjetificador. A contribuição de hooks se torna ainda mais incontornável por ser elaborada a partir das experiências de sala de aula. Juntamente a hooks, podemos compreender as nossas relações de ensino e aprendizagem para além da dualidade mente e corpo, teoria e prática, verdade e mentira, ficção e realidade, ensejando que professores e estudantes se engajem em processos de expansão existencial que não prescindam da subjetivação em face à performatividade da diferença.

DOS (DES)CAMINHOS DA SUBJETIVAÇÃO E DA DIFERENÇA À (IM)POSSIBILIDADE DO SUBLIME DECOLONIAL

Uma tarefa política, intelectual e pedagógica a ser enfrentada como caminho possível ante esses desafios talvez esteja na construção de programas de ensino com pretensões menos prescritivas e universalizantes quanto a “como se faz história” e mais abertos às ressonâncias e aos “ruídos” produzidos nos espaços da universidade. Assim, a proposta demandaria o gesto anterior que consiste em reconhecer, na presença desses outros sujeitos que ocupam as salas de aula, outras formas de disponibilidade da história e de temporalização política da vida cotidiana. Outras e mais potentes teorias da história, enfim (Oliveira, 2020).

É inescapável que as políticas de expansão de acesso ao ensino superior nas universidades públicas vigentes nas últimas décadas têm oportunizado que muitos dos professores de teoria da história e história da historiografia repensem os seus planos de ensino e estratégias pedagógicas, favorecendo a abdicação da função solar e autoritária do professor como aquele que detém o conhecimento e do estudante como mero receptor. Nesse cenário, torna-se premente a atuação do docente enquanto um curador e dos estudantes enquanto sujeitos participativos cujas experiências sejam articuladas e enunciadas, possibilitando a emergência de uma comunidade pedagógica (hooks, 2017; Araujo, 2017; Oliveira, 2020; Ramos, 2020b; Guimarães, 2021; Santana; Santana, 2022; Rodrigues, 2023).

Frente à diversificação do público nos cursos de história nas Universidades federais e estaduais, especialmente nas não hegemônicas e periféricas, a autocongratulação a respeito de uma concepção de tempo histórico linear e evolutivo, característica marcante fundadora da historiografia profissional, é uma possibilidade em franco processo de esgarçamento. Assim como o gesto coetâneo de corroborar com a entronização de cânones que hegemonizaram essa consciência de tempo histórico. Simultaneamente à erosão desse entendimento de tempo histórico se dá a falência de uma concepção de subjetividade autocentrada em pleno domínio da própria consciência, bem como o entendimento de que através do uso pragmático da linguagem podemos representar especularmente as coisas e controlar o real. Em contraposição à possibilidade de emancipação, orientação e controle advindas da consciência histórica ocidental estandardizada na modernidade e suas tecnologias de representação, nos defrontamos diariamente em nossas salas de aula com o traumático, com os desconfortos provocados por passados que não passam, passados que excedem nossa capacidade psíquica de domesticação do real pela consciência e pela linguagem (RAMOS, 2020b).

Hoje não consigo desvincular a interrelação entre o desmascaramento do caráter dualista e moralista do discurso da modernidade de um processo de luto. Luto necessário já que não é possível o desvinculamento pleno de forma salvacionista de uma concepção de existência moralizada de ponta a ponta. Para utilizar o vocabulário freudiano, luto enquanto descolamento do objeto amado. Não raramente o amor pelo objeto histórico se dá de forma narcísica e se insere dentro de uma lógica que pressupõe a busca idealista por controle, perfectibilidade e completude na História. Simultaneamente ao luto do narcisismo, somos confrontados contemporaneamente a empreendermos o luto da negação. Negação do próprio corpo e dos afetos não purificados. Negação constitutiva de uma estrutura intelectual e afetiva que não compreende como possível a existência do outro que escapa às nossas próprias verdades morais (Ramos; Castro, 2022).

Múltiplas experiências traumáticas e de enlutamento perpassam as nossas salas de aula. Atravessam as vidas dos professores e dos estudantes. Muitos desses processos ultrapassam as vidas individuais e possuem amplo lastreamento social. Hoje não tenho dúvidas de que não será o apego reconfortante a estruturas discursivas modernizadoras e a práticas científicas especializadas exorcizantes que farão o traumático e o luto desaparecerem. Não será o apego a autores canônicos, que inclusive muitos foram hábeis em projetar a própria impossibilidade da nossa existência e de nossos estudantes que nos salvará (Ramos, 2020b, 2021). O negacionismo graça em meio à sociedade como um projeto ideológico de ampla adesão em âmbito nacional e internacional pois ele está lastreado no fenômeno psíquico da negação. Seria uma grande ilusão acreditar que a constituição da historiografia profissional passou ao largo desse fenômeno (Trouillot, 2016). Entretanto, a complexidade do real se manifesta nas salas de aula, materializada no corpo, nas vozes e nos afetos dos nossos estudantes. Corpos, vozes e afetos muitas vezes atormentados por passados que não passam e que clamam por justiça. Corpos, vozes e afetos que reivindicam futuros outros que não encontram paralelo na experiência.

Parece não haver segurança possível diante de passados que não oferecem uma possibilidade de instrução normativa e até mesmo nos assombam (Ramos, 2019b, 2023). De restos de futuros utópicos modernizadores que contrastam com a própria permanência da vida humana no planeta (Krenak, 2019). De presentes de consumo que procuram se encerrar em si mesmos ao denegar à história a sua própria historicidade (Araujo; Pereira, 2019; Turin, 2019). As estruturas discursivas e práticas científicas salvacionistas que nos prometiam o controle do real mediante a aplicação de determinados métodos de validade pretensamente universal se demonstraram hábeis em corroborar com a perpetuação de desigualdades, exclusões e silenciamentos, como as reflexões de Maria da Glória de Oliveira e a herança dos estudos decoloniais demonstram. Apesar dessa constatação sombria, é inescapável que qualquer possibilidade de transformação passa necessariamente pelo habitar espaços e corpos que se constituíram imersos em tais estruturas discursivas e práticas (Ramos; Hartog; Cezar; Rodrigues, 2023). Ou seja, a possibilidade da emergência de futuros outros implica a constituição de novas subjetividades que não podem desconsiderar as feridas abertas e as cicatrizes do passado.

Assim sendo, a possibilidade da emergência da diferença, o acolhimento da alteridade para além das compulsões domesticadoras, torna imprescindível o reconhecimento das dores inerentes à percepção de que não há garantias a respeito da efetivação de mudanças emancipatórias. E aqui cabe salientar o entrecruzamento de dores. Dores a respeito do reconhecimento da imersão em experiências históricas traumáticas, em meio às quais se materializa a impossibilidade de o passado passar. Dores a respeito da ausência do outro soterrado pelas dinâmicas modernizadoras e presentistas da experiência histórica contemporânea. Dores que passam pela necessidade de se assumir o luto frente à quebra de ilusões salvacionistas estabelecidas com o objeto amado,

inerentes à própria expectativa da completude e da perfectibilidade na História. Dores implicadas no abandono de compreensões da historicidade reconfortantes que corroboram para a perpetuação do narcisismo, sustentado a partir do rebaixamento e aniquilação do outro.

A perpetuação de concepções de historicidade e do seu ensino decisivas para a reprodução da indiferença é perturbadora em ampla escala, uma vez que diz respeito tanto à morte simbólica e física de inúmeros vulneráveis, quanto ao empobrecimento afetivo de indivíduos que se agarram a ideais que não são passíveis de serem alcançados: um apego ao gozo de se ver enquanto superior e de contribuir para a exclusão e destruição do outro. Entretanto, a destruição do outro, da diferença, não encontra limites. Ela se volta contra o próprio perpetrador que se desumaniza e se objetifica com propensões suicidárias. Aqui não poderia deixar de considerar o que Achille Mbembe chama de o *devir negro do mundo* ou as reflexões produzidas por Ailton Krenak a respeito da alienação existencial na era do Antropoceno (Mbembe, 2017; Krenak, 2019).

Inevitavelmente, frente ao trauma e ao luto inescapáveis do nosso cotidiano nas salas de aula, torna-se premente a busca por cura. Aqui entendo por cura um processo de subjetivação que permite um descolamento das dinâmicas próprias aos impactos das experiências traumáticas e da experiência do luto (hooks, 2017; Kilomba, 2020). Essa subjetivação torna-se possível à medida que afetos são articulados para suspender a replicação automática de experiências que pressupõe a indiferença ao outro e a si mesmo. Um processo no qual é favorecida a sedimentação da assimilação e incorporação da ausência de outros que foram esquecidos. Em que foi possível elaborar a dor relativa à impossibilidade da completude.

A possibilidade dessa subjetivação está inextricavelmente conectada à dinâmicas que ultrapassam o sujeito. As experiências de traumas e lutos às quais aludo são compartilhadas socialmente. Perpassam os horizontes de possibilidades e impossibilidades da nossa subjetivação ao impregnarem a linguagem, os corpos e os afetos. No entanto, a replicação automatizada de dinâmicas traumáticas confronta os indivíduos e as coletividades com a possibilidade iminente da autodestruição, ao passo que a impossibilidade do luto reitera o aprisionamento nessa lógica da indiferença. Por sua vez, a imersão na experiência do luto implica em uma experiência temporal na qual a perda do outro está em processo de elaboração enquanto ausência constitutiva da subjetividade. Enquanto parte de um processo de cura, o luto desvela a impossibilidade das utopias religiosas e/ou modernizadoras salvacionistas enquanto processo emancipatório e evidencia o quanto a vulnerabilidade humana precisa ser ininterruptamente cuidada.

As dinâmicas temporais do trauma e do luto entrelaçam vida e morte. O trauma enquanto a presença da própria pulsão de morte nos chama a atenção para o nosso potencial de autodestruição. O luto para o descolamento da autodestruição ao apontar para a inexorabilidade da finitude, para a necessidade da sua inscrição em nossa subjetividade, como um meio necessário de suspensão da indiferença. O traumático e o luto evidenciam as dimensões espectrais da nossa experiência da historicidade ao apontarem para os passados que resistem passar. Para os aprisionamentos provocados pelas opressões do passado que são escamoteadas e para a necessidade de olharmos para o que foi perdido.

Colocar em cena a possibilidade da cura em sala de aula pressupõe o atravessamento da superação da indiferença ao outro e a si mesmo. Esse processo é inevitavelmente doloroso, pois não pode acontecer sem o abandono de certezas reconfortantes que precisam ser desconstruídas em suas dinâmicas destrutivas. Tal processo de desconstrução pressupõe a presença da espectralidade, seja em suas dimensões relativas ao aprisionamento próprio da violência traumática ou da veneração e atenção enlutada ao que foi silenciado. Nesse sentido, se o trauma e o luto dizem respeito

a formas como lidamos com o passado, a cura aponta para futuros outros, para experiências que clamam por emergir. Inspirado em Jacques Derrida, compreendo que a hospitalidade incondicional à diferença se constitui enquanto um caminho para esse processo de cura, que passa necessariamente pela suspensão da reprodução automatizada de lógicas traumáticas e pelo acolhimento de passados obscurecidos a partir do enlutamento, aberturas indispensáveis para que a possibilidade da diferenciação não seja subsumida (Derrida, 1994, 2018).

Ora, a abertura à diferença como um processo de cura não pode ser compreendida como exercício recluso à consciência. Estamos aqui frente a um desafio que passa pela forma como lidamos com os nossos afetos. Gostaria de passar então rapidamente por dois afetos fundamentais que são importantes nesses atravessamentos que nos conduzem à subjetivação e abertura para o outro, a saber, a melancolia e a angústia. A melancolia como um afeto que suspende um otimismo com relação a concepções de experiência da historicidade que automatizam o humano pode ser decisiva para que o descontentamento com o que está instituído, a rejeição da redução à objetificação pelo outro, permita ao sujeito reinscrever a sua subjetividade e se empoderar. A partir da inadequação à aceleração da experiência imposta pelo outro, o afeto melancólico pode favorecer à emergência da elaboração de novas possibilidades de articulação da historicidade, como exploram Marcelo Rangel (2020) e Maria Rita Khel (2009). Por sua vez, a angústia perante a finitude pode ser um caminho para a reconciliação com a imperfectibilidade da experiência humana, constituída em fluxos que envolvem múltiplas relações com o tempo histórico. A angústia perante a finitude humana potencialmente pode desvelar que a subjetivação e o desejo não prescindem da falta, ou seja, rejeitam necessariamente ilusões de completude (Heidegger, 2012; Lacan, 2005). Apesar da inexistência de garantias, da inadequação proveniente da crítica melancólica, podemos retirar a potência necessária para o enfrentamento da angústia, que pode favorecer à expansão da imaginação e ampliação da via desejante e da diferenciação. Com efeito, ambos os afetos podem impulsionar a suspensão da reprodução de lógicas de vidas narcisistas, enredadas em dinâmicas classistas, racistas, homofóbicas e transfóbicas. Ao remeter à melancolia e a angústia, reivindico que a nossa experiência de sala de aula é atravessada por climas e acredito ser fundamental que os sujeitos que participam desses espaços de ensino/aprendizagem sejam impactados e impulsionados a articular os seus afetos de forma não normativa.

Diante da falta de vocabulário para compreender as experiências inerentes à tais possibilidades de transformação implicadas em processos de ensino/aprendizagem que favorecem a desobjetificação de si e do outro, não poderia deixar de refletir sobre a disruptividade da experiência estética do sublime, tendo em vista a emergência da possibilidade de não nos reconhecermos em nós mesmos, em nossas versões passadas (Ankersmit, 2005). Estou levando em consideração que a subjetivação aqui destacada mostra como a possibilidade da diferença se inscreve entre múltiplas continuidades, que não prescindem do reconhecimento de traumas, de enlutamentos, da própria experiência da dor circunscrita às mudanças exigidas pelo processo de cura.

A cura é da ordem da experiência estética do sublime pois ela evoca o risco de sermos tragados e soterrados pelas dinâmicas das histórias que nos atravessam. Entretanto, a própria possibilidade de experimentarmos esse risco indica um relativo distanciamento com relação às dores dos traumas e dos lutos que vivemos, isto é, evidenciam um processo de desobjetificação de si mesmo e do outro, o que expande a possibilidade da emergência do desejo enquanto experiência da alteridade (Lacan, 2008). Assim sendo, o misto de terror e êxtase próprios da experiência estética do sublime constituída em meio ao risco da perda de si mesmo permite um aprimoramento ético constituído na tensão entre sujeito e objeto, razão e sensibilidade, que favorece a inscrição

da via desejante em tensão com a automatização da vida humana (Schiller, 2011). Nesse sentido, em contraposição às perspectivas reconfortantes de redenção inerentes às religiões salvacionistas e filosofias da história, a possibilidade de cura aqui encetada passa por traumas, lutos, dores e envolve o risco da perda de si mesmo, ou seja, o processo em questão não pressupõe garantias.

Reivindicar a possibilidade da experiência estética do sublime como um risco a ser assumido em nossas relações de ensino-aprendizagem afinados a poéticas da diferença é uma forma de confrontar as expectativas de redenção implicadas em concepções morais de verdade, tanto em suas pressuposições da realização de um *telos* harmonioso da própria História em suas dinâmicas futuristas ou presentistas, quanto no que tange às expectativas da linguagem representar especularmente o real. As complexidades que envolvem o risco da experiência do sublime chamam a atenção para as aporias insolúveis entre continuidade e descontinuidade, que deflagram como a emergência da diferença passa pelo atravessamento de passados aterradores, de lutos e dores, que evidenciam a impossibilidade de uma utopia de completude. Nesse sentido, o salto ético em questão passa pelo aguçamento da percepção de como a emergência da diferença evidencia a impossibilidade de redução do novo ao passado, mas devido à aporia espectral o novo não emerge à despeito do passado.

Certamente recorrer à experiência estética do sublime evidencia o meu enredamento em experiências estéticas colonizadas que foram popularizadas em escala global na modernidade (RAMOS, 2019b, 2023). A própria possibilidade da experiência estética do sublime possui conexões inextrincáveis com a concepção de distância histórica que se hegemonizou na modernidade, bem como o impacto provocado por contextos de ruptura traumática a propósito da Renascença e da Revolução Francesa, como argumenta Frank Ankersmit (2005) a respeito da consciência histórica ocidental moderna. A necessidade de recuperação da potência impactante da experiência estética do sublime também foi apontada por outros teóricos da história do norte global, como Hayden White (1982) e Eelco Runia (2014), com o intuito de tensionar com as formas historiográficas hegemônicas de narrar o passado disciplinadas. A possibilidade de habitar de forma disruptiva o campo disciplinar evoca a retomada sobre a discussão a respeito da experiência estética do sublime, uma vez que a hegemonização da história enquanto disciplina não prescindiu do seu repúdio, tendo em vista a premência do controle sobre o objeto e a necessidade de corroborar para a elaboração de prognósticos políticos seguros (Rodrigues; Mudrovic; Avelar, 2021). Como Hayden White, Eelco Runia e Frank Ankermit evidenciam, o soterramento do sublime está assentado na segurança disciplinar que pressupõe uma separação estanque entre sujeito e objeto.

No entanto, a disruptividade do sublime evocada por Ankersmit apresenta-se confortável perante uma perspectiva autocongratatória a respeito da formação da identidade da consciência histórica europeia. Ankersmit analisa como a experiência do sublime é fruto da elaboração bem sucedida de traumas que evidenciam o sucesso da consciência histórica europeia em elaborar as dores do passado e constituir a sua identidade. Estamos em um domínio de dores que Freud foi capaz de explicar. A reflexão de Ankersmit não leva em consideração como a possibilidade de elaboração de passados traumáticos de ruptura e a emergência da experiência estética do sublime na modernidade europeia, possibilitada pela distância histórica e hegemonização de suas formas de representação, constituiu-se em uma dinâmica global marcada pela colonialidade e hierarquização de ontologias. Assim sendo, a possibilidade de o europeu perspectivar a sua história a partir da experiência estética do sublime se deu perante a objetificação do outro e reprodução de traumas não passíveis de elaboração pelo vocabulário analítico freudiano. Nesse sentido, a possibilidade da emergência de traumas elaboráveis na Europa

e o prazer do afastamento do terror se constituiu perante relações globais fundadas na lógica da objetificação e do extermínio de culturas subalternas. A possibilidade do prazer do sublime se lastreou historicamente em dores irreparáveis impostas ao outro. A oscilação entre prazer e terror ganhou contornos na cultura romântica perante o risco desse outro ser de fato um humano como eu, pretensamente superior, evocando o perigo de que em algum momento o jogo das dinâmicas de poder se inverta. Risco que por fim sempre foi exorcizado pelas práticas modernas disciplinadas de historicização (Ramos, 2019b, 2023).

Parece inevitável que a reflexão sobre o sublime empreendida por Ankersmit é muito mais domesticada do que a princípio ele pressupunha. Entretanto, a evidenciação do eurocentrismo de sua análise não pode se dar à despeito do desvelamento do narcisismo das nossas tradições de conhecimento disciplinadas em âmbito nacional, sobremaneira dependentes da gramática colonialista. Fatalmente, a manutenção do nosso narcisismo demanda um grau muito mais elevado de ilusão, pois nunca estaremos à altura de alcançarmos o nível de perfectibilidade e completude pressupostos na idealização da cultura acadêmica do norte global, porque o que subjaz essa busca são adestramentos condicionados pelas lógicas da colonialidade e racialidade. A partir desse viés, historicamente comprometido com o soterramento de vulneráveis que não se adequam aos parâmetros normativos, estaremos sempre em falta ou atrasados.

Se a possibilidade do sublime pressupõe o atravessamento pela distância temporal e traumas próprios à experiência histórica europeia, que definiu a sua identidade e elaborou as suas categorias estéticas a partir da inferiorização ontológica e objetificação do outro promovidas pelas gramáticas da colonialidade e da racialidade, cabe a nós explorar como os processos de traumas e enlutamentos que experimentamos provocados pela situação de subalternidade condicionam e limitam a possibilidade de nos abirmos para a experiência estética do sublime a partir de corpos, vozes e afetos vulneráveis, precarizados, que se querem decolonizados. Assim sendo, proponho que estejamos abertos para sermos impactados pelas aporias de um *sublime decolonial* em nossas salas de aula. Parece incontornável, ecoando as palavras de Oliveira, assumir o desafio de enfrentar as nossas tradições de conhecimento disciplinadas como “casas assombradas com suas incontáveis ruínas, que precisamos continuamente invadir e habitar” (2023, p. 10), se de fato quisermos nos comprometer com a “recriação de mundos outros a partir das ruínas da colonialidade” (2022, p. 74). Em tensionamento com as expectativas de emancipação salvacionistas o *sublime decolonial* se inscreve enquanto uma promessa não messiânica de atravessamento dos poros opressivos e libertadores das historicidades espectrais.

Talvez, seguindo esses pressupostos, possamos, por exemplo, intensificar o gesto de Grada Kilomba de utilizar os mitos da cultura grega de Narciso e Édipo, referências culturais fundamentais para a constituição da identidade do Ocidente, como metonímias que ressoam a violência das hierarquizações coloniais racializadas. Desse modo, o processo de subjetivação e cura de vozes e corpos historicamente marginalizados pode se dar a partir da reocupação de tradições discursivas que foram mobilizadas historicamente para promover hierarquizações ontológicas. Nesse sentido, Kilomba escreve:

Neste narcisismo,
Pessoas marginalizadas dificilmente
Encontram imagens,
símbolos ou
vocabulário para narrar a sua própria história,
ou para nomear o seu próprio trauma.

Porque nas
narrativas dominantes

nós somos construídos,
não só como o Outro;
e como o *Outro do Outro* (Alteridade):
a personificação
do que a sociedade
não quer ser.
~~Nós tornamo-nos aquilo que o sujeito branco não quer ser~~ (Kilomba, 2019,
p. 16).

Não sei até que ponto tais asserções pretensamente (in)disciplinadas podem ser de fato desconfortáveis. As culturas de história dos séculos XVIII e XIX, por exemplo, não estavam alheias aos passados que não passam, à estética do sublime ou à reflexão sobre a diferença. Todavia, essas tematizações foram obscurecidas em face à hegemonização de uma concepção de História linear e evolutiva, da compreensão de que a linguagem pode representar especularmente o real e de que a consciência do sujeito pode ser plenamente incondicionada. Certamente, esforços importantes têm sido feitos no sentido de desobscurecer as dimensões não disciplinares que foram eclipsadas dentro dos nossos universos de autores canônicos. Em grande medida, esse gesto impulsionou as minhas contribuições nos trabalhos que tiveram Robert Southey e Machado de Assis como interlocutores centrais. Entretanto, o desafio da hospitalidade incondicional ao outro nos pede mais. Nos pede que novos corpos, vozes e afetos habitem esses repertórios e os confronte com outras lógicas e tradições de saber, para que assim possamos fazer justiça à busca por futuros outros, que sejam de fato abertos à performatividade da diferença e não se limitem à remodulação e reprodução de práticas e dinâmicas excludentes.

REFERÊNCIAS

ANKERSMIT, Frank. *Sublime Historical Experience*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

ARAÚJO, Valdei L. de.; PEREIRA, Mateus H. *Atualismo 1.0*: Como a ideia de atualização mudou o século XXI. 2.ed. Vitória/Mariana: Milfontes/SBTHH, 2019.

ARAÚJO, Valdei L. de. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. *Conversas sobre o Brasil*: ensaios de crítica histórica. Salvador: Provisória, 2017. p. 191-216.

ASSUNÇÃO, Marcello. *As injustiças de Clio* revisitado: Clóvis Moura e a crítica da branquitude no campo historiográfico. *História da Historiografia*: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 15, n. 38, p. 231–252, 2022.

ASSUNÇÃO, Marcello *et al.* Na teoria da história e da literatura há questão racial, em teoria. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 26, p. 5-8, 2023.

ASSUNÇÃO, Marcello; TRAPP, Rafael P. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. *Revista Brasileira de História*, v. 41, p. 229-252, 2021.

BENTO, Maria A. S. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEVERNAGE, Berber. *História, memória e violência de Estado*: tempo e justiça. Tradução: André Ramos; Guilherme Bianchi. Serra/Mariana: Milfontes/ SBTHH, 2018.

- BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*. O Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DERRIDA, Jacques. *Força de Lei: o fundamento místico da autoridade*. 3.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.
- GUIMARÃES, Géssica. Disciplina e experiência: construindo uma comunidade de escuta na teoria e no ensino de história. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 373-401, 2021.
- HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Campinas/Petrópolis: Editora da Unicamp/Vozes, 2012.
- hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- KEHL, Maria R. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boi Tempo, 2009.
- KILOMBA, Grada. Grada Kilomba: desobediências poéticas. Curadoria Jochen Volz e Valéria Picoli; ensaio Djamilá Ribeiro. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2019.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KLEINBERG, Ethan. *Haunting History: for a deconstructive approach to the past*. Stanford: Stanford University Press, 2017.
- KLEINBERG, Ethan. *Historicidade Espectral: Teoria da História em tempos digitais*. Tradução e apresentação por André da Silva Ramos. Vitória: Milfontes, 2021.
- LACAN, Jacques. *Seminário, livro 7: a ética da psicanálise, 1959-1960*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- MBEMBE, Achille. *Critique of Black Reason*. Durham: Duke University Press, 2017.
- NETO, Miguel R. de S.; GOMES, Aguinaldo R. *História e teoria queer*. Salvador, BA: Editora Devires, 2018.
- NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo; ÁVILA, Arthur. *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.
- OLIVEIRA, Igor da S. *O olhar que me atravessa: uma análise sobre a hipersexualização do homem negro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Carangola, 2023.

- OLIVEIRA, Maria da G. de. A história disciplinada e os seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria. In: NICOLAZZI, Fernando *et al.* (orgs.) *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Milfontes, 2019. p. 53-71.
- OLIVEIRA, Maria da G. de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.
- OLIVEIRA, Maria da G. de. Decolonizing and gendering theory of History. In: FREIXO, André; RAMALHO, Walderez; BOLDRINI, Aguinaldo (orgs.) *Emergencies: Race, Gender, and Decoloniality*. Vitória: Milfontes, 2021. p. 21-34.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. 1a. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.
- OLIVEIRA, Maria da G. de. Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo. *Esboços: histórias em contextos globais*, Florianópolis, 2024. [Versão cedida pela revista anterior à publicação.]
- OLIVEIRA, Maria da G. de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da Historiografia. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, 2018.
- OLIVEIRA, Maria da G. de. Outros sujeitos, outras teorias: reflexões para um programa de ensino de teoria feminista decolonial da História. In: GONÇALVES, Marcia (org.) *Teorizar, aprender e ensinar história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020. p. 126-146.
- OLIVEIRA, Maria da G. de. Prefácio. In: RAMOS, André da S. *Machado de Assis e a experiência da história: melancolia, raça e assombramento*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023. p. 7-10.
- OLIVEIRA, Maria da G. de. Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo. *Caminhos da História*, v. 27, p. 58-78, 2022.
- OLIVEIRA, Maria da G. de; HANSEN, Patrícia S. Corpos, tempos, lugares das historiografias. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–15, 2023.
- PEREIRA, Allan K. Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 481–508, 2021.
- PINN, Maria. Maria Beatriz Nascimento: caminhos para (re)escrever a História. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, v. 14, p. 133-150, 2022.
- RAMOS, André da S. Apresentação: pelo encontro com o espectral. *Historicidade espectral: teoria da história em tempos digitais*. Vitória: Milfontes, 2021, p. 1-38. Coleção Fronteiras da Teoria. v. 5.
- RAMOS, André da S. Dos limites da historiografia moderna à abertura de novos horizontes: tempo histórico, linguagem e ética a partir de Berber Bevernage e Hans Ulrich Gumbrecht. *Expedições: Teoria da História e Historiografia*. Morrinhos/GO, v. 11, Fluxo Contínuo, p. 1-20, jan./dez. 2020a.
- RAMOS, André da S. *Machado de Assis e a experiência da história: melancolia, raça e assombramento*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

RAMOS, André da S. Reinhart Koselleck e a análise das metáforas: sobre as possibilidades para além do conceitual. *Tempo e Argumento*, v.11, p.431-455, 2019.

RAMOS, André da S. *Robert Southey e a experiência da história: conceitos, linguagens, narrativas e metáforas cosmopolitas*. Vitória/Mariana: Milfontes/SBTHH, 2019.

RAMOS, André da S. Sobre os desafios transdisciplinares da Teoria da História e da História da Historiografia. In: RANGEL, Marcelo; CARVALHO, Augusto (org.) *História & Filosofia: problemas ético-políticos*. Vitória: Milfontes, 2020. v. 1, p. 61-71.

RAMOS, André da S.; ARAUJO, Valdei L. de. A emergência de um ponto de vista cosmopolita: a experiência da História de Portugal na *Universal History. Almanack*, v. 10, p. 479-491, 2015.

RAMOS, André da S.; CASTRO, Rafael Dias. Entre a inevitabilidade do trauma e a (im)possibilidade do luto: dinâmicas da historicidade em tempos de catástrofe. *Revista de Teoria da História*, v. 25, p. 236-257, 2022.

RAMOS, André da S.; KLEINBERG, Ethan. Ethan Kleinberg: Theory of History as Hauntology. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 10, n. 25, p. 212-228, 2017.

RAMOS, André da S.; RANGEL, Marcelo; RODRIGUES, Thamara. Apresentação - Dossiê - Teoria da História e as Novas Humanidades: debates contemporâneos/ Presentation - Dossier - Theory of History and the New Humanities: contemporary debates. *Caminhos Da História*, Montes Claros, v. 27, n. 2, p. 3-6, 2022.

RAMOS, André da S.; HARTOG, François; CEZAR, Temístocles; RODRIGUES, Thamara. Formas de repensar e experimentar a temporalização do tempo e regimes historiográficos. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, e2177, p. 1-16, 2023.

RANGEL, Marcelo. *A História e o impossível: Walter Benjamin e Derrida*. Rio de Janeiro: Ape'ku, 2020.

RANGEL, Marcelo de M. Ensino de História: temporalidade, pós-verdade e verdade poética. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, e0110, p. 1-27, 2021.

RODRIGUES, Carla. *O luto entre a clínica e a política: Judith Butler para além do gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

RODRIGUES, Lidiane S.; MUDROVIC, Maria I.; AVELAR, Alexandre de S.. Rebeldia disciplinada? Introdução à "História como (in)disciplina". *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 25-44, 2021.

RODRIGUES, Thamara. Sonhos, temporalidades e universidade: experiências para o futuro. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 231-249, 2023.

RODRIGUES, Thamara. Teoria da história e história da historiografia: aberturas para "histórias não-convencionais". *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 12, n. 29, p. 96-123, 2019.

RUNIA, Eelco. *Moved by the Past: discontinuity and historical mutation*. New York: Columbia University Press, 2014.

SCHILLER, Friedrich. Sobre o sublime. In: SÜSSEKIND, Pedro (org.) *Do sublime ao trágico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 53-74.

SANTANA, Ana P. S. *A mulher na minha pele: um estudo do feminino, dos espectros e das histórias na historiografia brasileira e na literatura*. 2023. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

SANTANA, Ana P. S.; SANTANA, Paulo V. S. de. A História Contada: apesar dos historiadores. *Revista Pontes*, Paranaíba, v. 14, p. 17-29, 2022.

SILVA, Denise F. da. *A dívida impagável*. São Paulo: Oficina da Imaginação Política e Living Commons, 2019.

TROUILLOT, Michel R. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.

TURIN, Rodrigo. *Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal*. Rio de Janeiro: Zazie, 2019.

WHITE, Hayden. The Politics of Historical Interpretation: Discipline and De-Sublimation. *Critical Inquiry*, v. 9, n. 1, p. 113-137, sep., 1982.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

André da Silva Ramos: Doutor. Professor de Ensino Superior, Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Carangola, Departamento de Ciências Humanas, Carangola, MG, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Divino, n. 133. Centro. CEP 36.800-000, Carangola/MG, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

As reflexões elaboradas neste artigo contam com o financiamento do Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa (Pq) (Edital PROPPG 10/2022), da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), sendo desdobramento das investigações do projeto *Trauma, luto e cura: sobre os desafios contemporâneos da Teoria da História e da História da Historiografia no Brasil*.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito, coleta e análise de dados, discussão dos resultados, revisão e aprovação: André da Silva Ramos.

FINANCIAMENTO

Edital PROPPG 10/2022, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), projeto *Trauma, luto e cura: sobre os desafios contemporâneos da Teoria da História e da História da Historiografia no Brasil*.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.



APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© André da Silva Ramos. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fabio Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 21 de novembro de 2023.

Aprovado em: 26 de janeiro de 2024.

Como citar: RAMOS, André da S. Das aporias da espectralidade à emergência do sublime decolonial: os (des)caminhos da subjetivação e da diferença. *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n. 55, p. 396-414, 2023.

